



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ANA MARIA
MORAES
BARBOSA
MACEDO-48100
06/04/2026 16:32

**Comissão de Acessibilidade e Inclusão - CAI
Biênio 2024/2026**

Ata de reunião n. 01/2026

1. Informações da reunião

Data: 20/03/2026

Hora: 11h00

Tipo: Ordinária

Formato: Telepresencial (via plataforma de videoconferência Google Meet)

2. Participantes

Integrantes (membros) - Portaria GP 57/2024 e 40/2025	
Excelentíssimas Desembargadoras	Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo (coordenadora) Dra. Eliane Aparecida da Silva Pedroso
Excelentíssimos(as) Juízes e Juízas do Trabalho	Dr. Milton Amadeu Junior Dra. Luanna Lima Nogueira Cerqueira Dr. Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva
Magistrada Aposentada	Dra. Maria Aparecida Norce Furtado
Servidora com lotação na Seção de Psicologia	Debora Forlin Granja
Servidores(as) com notável conhecimento e experiência sobre acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência	Adriana Domanoski Gurniak Filipe Gioielli Mafalda
Servidor(a) capacitado(a) como intérprete em Libras	Claudia Dantas de Almeida Moniak
Titular da Secretaria de Comunicação Social	Alberto Marcos Nannini Junior - representado por: Clarissa Sanches Croisfelt
Titular da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial	João Vitor Gândra

Pág. 1 de 7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Titular da Secretaria de Saúde	Celia Torrens Wunsch - representada por: Demetrius de Oliveira Moura
Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Oswaldo Jose Costa da Silva Lima
Titular da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	Fernanda Machado Martins - representada por: Juliana Cavalcante Parpinelli
Titular da Seção de Acessibilidade e Inclusão	Thays Martinez
Titular da Seção de Serviço Social	Leandro Vieira Alves - representado por: Ariene Virgínia Duarte da Costa
Titular da Seção de Sustentabilidade	Juliana Cavalcante Parpinelli

Ausências justificadas		
Atribuição	Nome	Motivo
Vice coordenadora	Dra. Regina Celi Vieira Ferro	Em período de férias.
Servidores(as) com notável conhecimento e experiência sobre acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência	Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho	Servidor aposentado recentemente.
Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas	Denize Mota	Em outro compromisso institucional.
Titular da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Márcio Vinícius Gimenes Milan	Em outra reunião convocada pela Presidência.

Convidados(as)	
Servidoras e servidores do TRT-2	Alexandre Aguenta Arakaki (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações)
	Rodrigo Lopes Nabarreto (Assessoria Jurídico-Administrativa)
	Tatyane Maria Borges Durães Pontilho (Núcleo de Modelagem da Informação da Construção)
	Vanessa Spadotto Alves (Secretaria da 1ª Turma)
Servidoras e servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão (Unidade de Apoio Executivo - UAE)	Camila de Oliveira Coelho
	Fernando Lucas De Marchi Pavaneli



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

	Ingrid Sotanyi
	Luiz Fernando de Paula Pereira
	Renata de Souza Santos
	Rogério Luís Beneduzzi Aguilar

3. Pauta	
Item	Assunto
01	Aprovação do Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão - 2025
02	Deliberação sobre Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade
03	Planejamento de Ações para 2026
04	Metas de Capacitação Institucional relacionadas ao Prêmio CNJ de Qualidade
05	Calendário de Reuniões da Comissão em 2026
06	Programa de Aprendizagem em parceria com o IJC (atualização)
07	Informes gerais

4. Breve relato
<p>A reunião foi aberta pela coordenadora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, que cumprimentou os presentes e realizou a leitura dos participantes. Registrou-se, durante a reunião, que a Desembargadora Ana Maria precisou se ausentar temporariamente e repassou a condução da pauta para a Excelentíssima Desembargadora Dra. Eliane Aparecida da Silva Pedroso.</p> <p>Item 1: Aprovação do Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão - 2025</p> <p>Apresentação e Aprovação: Foi exibido um vídeo resumo do Relatório Anual de 2025, material previamente encaminhado aos membros e elaborado com apoio dos servidores da SAI. Após a exibição, a equipe foi parabenizada pelo vídeo e, principalmente, pelos resultados alcançados pelo Tribunal. O relatório foi oficialmente aprovado por todos os membros da Comissão de forma unânime.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Item 2: Deliberação sobre Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade

2.1. Retomada da Política Interna: Informou-se sobre a paralisação anterior da elaboração da política interna, que aguardava a aprovação da Política Nacional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Constatou-se que a aprovação no CNJ sofreu atrasos devido a questões políticas e transições. Diante disso, deliberou-se pela continuidade e retomada dos trabalhos da política institucional do TRT-2.

2.2. Alinhamento com o CNJ: O Exmo. Juiz Dr. Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva comprometeu-se a disponibilizar a minuta final da Política Nacional para balizar os trabalhos do grupo, evitando incongruências antes da submissão do texto à consulta pública. Definiu-se o mês de setembro de 2026 como prazo para a aprovação da política interna, caso a nacional não seja publicada até lá.

Item 3: Planejamento de Ações para 2026: Foram apresentadas as ações propostas para o planejamento anual de 2026, destacando a necessidade de publicação no portal até 30 de março de 2026:

3.1. Capacitações e Eventos: A meta de realizar pelo menos dois cursos anuais foi mantida. O Exmo. Juiz Dr. Milton Amadeu Junior e a Exma. Desembargadora Dra. Eliane Pedroso sugeriram articular com a Escola Judicial (EJUD) a inclusão de temáticas de acessibilidade em cursos obrigatórios para magistrados(as).

3.2. Programa de Inclusão Laboral: Aprovou-se a meta de permanência da qualificação dos aprendizes com deficiência intelectual.

3.3. Tecnologias Assistivas: Estabeleceu-se a meta de realizar medições precisas sobre o atendimento das solicitações de tecnologias assistivas em 2026 para, no futuro, definir metas percentuais de crescimento adequadas.

3.4. Atuação de Intérprete de Libras: Registrou-se o risco institucional decorrente da dependência de apenas uma servidora para o atendimento de todas as audiências. Sugeriu-se aprimorar as métricas de solicitações não atendidas e buscar soluções como capacitação de servidores(as), cooperação judiciária entre TRTs, aumento do quadro de intérpretes de Libras.

3.5. Acessibilidade Comunicacional: Informou-se a meta de alcançar 80% de acessibilidade (Libras e audiodescrição) em cursos e eventos públicos.

3.6. Censo e Cadastro de Pessoas com Deficiência: Deliberou-se pela substituição do Censo por uma pesquisa individualizada, a ser realizada ainda este ano, com foco no mapeamento de necessidades de tecnologias assistivas e acessibilidade. Adicionalmente, outras questões usadas no Censo serão propostas para integrar a Pesquisa de Clima



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Organizacional. Ademais, será estudada a viabilidade para o desenvolvimento de sistema próprio de cadastro, em cumprimento à resolução do CNJ.

Item 4: Metas de Capacitação Institucional relacionadas ao Prêmio CNJ de Qualidade

4.1. Exigências do CNJ: A servidora Thays Martinez informou sobre a nova exigência do CNJ para o Prêmio de Qualidade, que estabelece a meta de capacitar 10% dos servidores e 7% dos magistrados na temática de inclusão e acessibilidade, com carga horária mínima de 12 horas, até o final do mês de julho de 2026.

4.2. Ações Formativas: Destacou-se o curso sobre Anticapacitismo, a ser realizado pela EJUD2, em parceria com a Comissão, ministrado na modalidade EaD pela professora Mariana Rosa, com carga horária de 20 horas. Solicitou-se o empenho de todas as pessoas e o apoio da SECOM para promover a maior adesão institucional possível.

Item 5: Calendário de Reuniões da Comissão em 2026

Definição de Datas: Aprovaram-se as datas sugeridas para as próximas reuniões ordinárias: 19 de junho, 18 de setembro e 27 de novembro de 2026.

Item 6: Programa de Aprendizagem em parceria com o IJC (atualização)

Expansão e Adequação do Programa: Informou-se o desligamento da aprendiz Joyce da seção. Ato contínuo, comunicou-se a existência de orçamento aprovado para a contratação de um sexto aprendiz no âmbito do programa desenvolvido em parceria com o Instituto Jô Clemente (IJC). A Seção de Acessibilidade solicitou o apoio das pessoas presentes para identificar uma unidade disponível para alocar um(a) novo(a) integrante, ressaltando a adoção de entrevistas prévias para melhor adequar as atividades laborais ao perfil do(a) aprendiz.

Item 7: Informes Gerais

7.1. Diálogos Inclusivos: Relatou-se a realização bem-sucedida do primeiro encontro do projeto no dia 5 de março. O encontro contou com a participação da psiquiatra Dra. Luisa e abordou a "fadiga de acesso" e a saúde mental das pessoas com deficiência.

7.2. Eventos: Divulgou-se a realização do evento "Mulheres Plurais em Perspectiva", em celebração ao Dia Internacional da Mulher, agendado para 25 de março. O evento abordará temáticas interseccionais e contará com diversas palestrantes, inclusive da servidora Thays Martinez. Também foi anunciado um seminário sobre combate ao assédio para o dia 7 de maio.

7.3. Cine Debate: Informou-se o cancelamento temporário do evento programado para a semana seguinte (26 de março), em razão de trâmites burocráticos relativos à autorização de direitos autorais pela plataforma Netflix, aguardando-se reagendamento futuro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

7.4. Consultoria FGV: Comunicou-se que o Tribunal foi contemplado para receber uma consultoria em acessibilidade promovida por alunos(as) e professores(as) da Fundação Getulio Vargas (FGV), visando aperfeiçoar processos e pesquisas.

A reunião foi encerrada às 12h55, após agradecimentos finais.

5. Deliberações e Itens de Ação

5.1. Deliberações:

5.1.2. Aprovação do Relatório: Aprovado, por unanimidade, o Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão 2025.

5.1.3. Retomada da Política Institucional: Deliberada a continuidade da elaboração da Política de Inclusão e Acessibilidade do TRT-2, com prazo estabelecido para aprovação da minuta interna até setembro de 2026.

5.1.4. Aprovação do Planejamento Anual de Ações: Aprovado o Planejamento de Ações para 2026, com os devidos apontamentos.

5.1.5. Aprovação do Calendário: Aprovado o calendário de reuniões ordinárias para as seguintes datas: 19/06, 18/09 e 27/11.

5.2. Itens de Ação:

5.2.1. Comparativo da Política Nacional:

Ação: Disponibilizar a minuta final do CNJ para balizar o trabalho do grupo interno e realizar compatibilização antes de submeter a política interna à consulta pública.

Responsável: Excelentíssimo Juiz Dr. Márcio Aparecido da Cruz Germano da Silva.

Prazo: Nas semanas que antecedem a consulta pública.

5.2.2. Integração de Temáticas em Cursos Obrigatórios:

Ação: Dialogar com a EJUD2 (Desembargadora Bianca) para inserir o tema da acessibilidade e saúde mental em semanas de formação inicial e continuada de magistrados(as).

Responsável: Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo.

Prazo: até a próxima reunião.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

5.2.3. Atendimento ao Prêmio CNJ de Qualidade:

Ação: Promover a divulgação do "Curso sobre Anticapacitismo" para garantir o cumprimento da meta de capacitação de 10% dos servidores(as) e 7% dos magistrados(as).

Responsável: Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI) e Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

Prazo: abril a junho/2026.

5.2.4. Soluções para Intérpretes de Libras em Audiências:

Ação: Levantar estatísticas de solicitações não atendidas e explorar proposta de cooperação judiciária entre TRTs.

Responsável: Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI).

Prazo: durante o ano de 2026 (dados).

5.2.5. Desenvolvimento de Sistema de Cadastro:

Ação: Avaliar as resoluções do CNJ e planejar a viabilidade do desenvolvimento de um sistema específico para o cadastro de PCDs.

Responsável: Secretário Oswaldo José Costa da Silva Leme (SETIC).

Prazo: até a próxima reunião.

5.2.6. Alocação do Sexto Aprendiz (IJC):

Ação: Identificar unidade ou setor disponível no Tribunal para realizar a lotação do novo aprendiz aprovado no orçamento.

Responsável: Membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão.

Prazo: até a próxima reunião.

6. Próxima reunião

Data: 19/06/2026

Hora: 11h

ANA MARIA

MORAES BARBOSA

MACEDO:48100

Assinado de forma digital

por ANA MARIA MORAES

BARBOSA MACEDO:48100

Dados: 2026.03.31

14:59:26 -03'00'